

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2281/2020-PGJ, DE 29.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 1863/2020-PGJ, de 25.5.2020, que autorizou a averbação de tempo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, requerida pelo Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche, de forma que:

Onde consta:

PERÍODO	LOCAL DE SERVIÇO
1º.10 a 31.12.1990	PER. CONTR.CNIS
1º.2.1991 a 20.12.1992	PER. CONTR.CNIS e UNIGRAN EDUCACIONAL
1º.5 a 30.9.1991	PER. CONTR.CNIS
1º.11 a 31.12.1991	PER. CONTR.CNIS
1º.2 a 31.7.1992	PER. CONTR.CNIS
1º.10 a 20.12.1992	PER. CONTR.CNIS
18.2.1991 a 20.12.1992	UNIGRAN EDUCACIONAL

Passe a constar:

PERÍODO	LOCAL DE SERVIÇO
1º.10 a 31.12.1990	PER. CONTR.CNIS4
1º.2 a 31.3.1991	PER. CONTR.CNIS5
1º.5 a 30.9.1991	PER. CONTR.CNIS7
1º.11 a 31.12.1991	PER. CONTR.CNIS8
1º.2 a 31.7.1992	PER. CONTR.CNIS9
1º.10 a 20.12.1992	PER. CONTR.CNIS10
18.2.1991 a 20.12.1992	UNIGRAN EDUCACIONAL

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1791/2020-PGJ, DE 21.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Rosa Luz	2018/2019	10	13 a 22.7.2020
Daniel do Nascimento Britto	2019/2020	20	16.7 a 4.8.2020
Juliana Nonato	2019/2020	30	6.4 a 5.5.2020
Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja	2019/2020	30	4.5 a 2.6.2020
Ricardo Benito Crepaldi	2019/2020	30	1º a 30.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2249/2020-PGJ, DE 25.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição para o Plano de Seguridade Social da União requerida pelo Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro abaixo, e tornar sem efeito a Portaria nº 4757/2019-PGJ, de 19.12.2019, publicada no DOMP nº 2118, de 7.1.2020 (Processo PGJ/10/4704/2019):

TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
185 dias	30.10.2000 a 2.5.2001	Analista Judiciário	Tribunal Superior Eleitoral
29 dias	3 a 31.5.2001	Analista Processual	Ministério Público Federal/Procuradoria-Geral da República
2.861 dias	1º.6.2001 a 31.3.2009	Analista Processual	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/Ministério Público da União
3.053 dias	1º.4.2009 a 9.8.2017	Analista	Ministério Público da União

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2258/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Christiane de Alencar 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio compreendido entre as datas de 12.12.1994 a 31.8.1995 e 1º.9.2015 a 5.12.2019, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/1583/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2259/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 6 (seis) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes aos quinquênios compreendidos entre as datas de 1º.12.1999 a 2.1.2008 e 14.2.2011 a 3.1.2013, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/1604/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2274/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo o 2º período de férias, que seria usufruído de 1º a 10.7.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2280/2020-PGJ, DE 29.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4527/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
10 (18h01min) a 17.8.2020 (7h59min)	Juliano Albuquerque
14 (18h01min) a 19.12.2020 (7h59min)	Eduardo FonticIELha De Rose

Passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
10 (18h01min) a 17.8.2020 (7h59min)	Eduardo FonticIELha De Rose
14 (18h01min) a 19.12.2020 (7h59min)	Juliano Albuquerque

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2302/2020-PGJ, DE 30.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1783/2020-PGJ, de 21.5.2020, na parte que indeferiu 30 (trinta) dias de férias regulamentares à Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca, de forma que, onde consta: “Período indeferido – 7.4 a 6.5.2020”; passe a constar: “Período indeferido – 13.5 a 11.6.2020”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2250/2020-PGJ, DE 25.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Emerval Carmona Gomes e Luiz Fernando Koyanagi, Analistas; Hermes Alencar de Lima, Técnico I; Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Josiane Sanches de Mamann Zillo, Técnicos II; e Cleber do Nascimento Gimenez, Auxiliar, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação, de 1º.7.2020 até 30.6.2021, em atendimento aos preceitos estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21.6.1993.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2268/2020-PGJ, DE 26.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Acordo de Cooperação Técnica decorrente do Processo PGJ/10/0094/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) – Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 2) Fiscal da STI – José Pereira de Viveiros Filho, Assessor Técnico em Desenvolvimento; 3) Gestor Operacional – João Marcelo Ribeiro dos Santos, Chefe do Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução (Daex); 3.1) Suplente – Farley Leles Froes Medeiros, Chefe do Núcleo de Corpo Técnico de Meio Ambiente (Cortec MA); 4) Fiscal Operacional – Jean Claud Borges Maciel Pinheiro, Chefe do Núcleo de Corpo Técnico de Engenharia e Arquitetura (Cortec EA); 4.1) Suplente – Luciana Aguiro Rivas Cavassa, Chefe do Núcleo de Corpo Técnico de Contabilidade e Economia (Cortec CE).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2271/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar estabilidade aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo relacionados, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e do artigo 11 da Resolução nº 19/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

SERVIDOR	CARGO	A PARTIR DE
Israel Ribeiro de Souza	AUXILIAR	19.6.2020
Lucas Cavassa Batista	AUXILIAR	12.6.2020
Marcos da Silva Flores	AUXILIAR	19.6.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2286/2020-PGJ, DE 30.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 77/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Celestino Figueiredo Cristaldo, Chefe do Núcleo de Controle de Conservação do Patrimônio Permanente (Processo PGJ/10/1808/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2298/2020-PGJ, DE 30.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestarem serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SETOR DE MANUTENÇÃO E SUPORTE		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo	Auxiliar/Segurança	20.2.2020
Otávio Jamal Urt	Analista/Administração	20.2.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2297/2020-PGJ, DE 30.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Reconduzir, a partir de 4 de junho de 2020, ao cargo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Alex Yukio Toma, nos termos do artigo 49, § 1º, inciso I, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo PGJ/10/1791/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2267/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Mariana Batista Nunes da Cunha Saad para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 4ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, decorrente da exoneração de Alessandra Louvet Cortada Rodrigues.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2266/2020-PGJ, DE 26.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 25.6.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Daniel Cesario Lima da Silva, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2312/2020-PGJ, DE 30.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Pedro Oliveira Duailibi para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 12ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente da exoneração de Daniel Cesario Lima da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2313/2020-PGJ, DE 30.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 1º.7.2020, do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Laiana Sant'Ana Ribeiro, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2314/2020-PGJ, DE 30.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Nathan Felipe Costa de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 12ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente da exoneração de Laiana Sant'Ana Ribeiro, e considerá-lo exonerado do cargo em comissão de Assessor Jurídico.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2315/2020-PGJ, DE 30.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Larissa Paschoal Silva para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 12ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente da exoneração de Nathan Felipe Costa de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 36/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000608-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no Processo Licitatório de nº 259/17, na modalidade Pregão Presencial nº 03/2017, que tem como objeto o registro de preço para contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, visando atender as necessidades das Secretarias Municipais no exercício do ano de 2017. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00002088-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Rafael Viscardi Mendonça - Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada fazenda Três Marias, de propriedade de Rafael Viscardi Mendonça, localizada no município de Nioaque/MS, referente a constatação de desmatamento referido no parecer do NUGEO nº 132/2016, no bojo da "Operação Cachorro-Vinagre" pelo NUGEO/CAOMA/PGJ. **Advogados: Leandro Luiz Belon, OAB/MS nº 11.832 e Victor Medeiros Leitum, OAB/MS nº 13.636.** **3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001326-5** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Objetivando investigar supostas fraudes praticadas em processos de execução fiscal por parte de advogados da Prefeitura Municipal. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002097-7 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **5) Inquérito Civil nº 06.2018.00002626-0** - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Cassilândia - Assunto: Apurar deficiências no serviço das centrais de regulação do atendimento de saúde do SUS. (IC nº 10/2014, migrado para o SAJMP). **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00002752-6** - Promotoria de Justiça do meio Ambiente da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Nova Roma Loteamento e Incorporadora S/S Ltda. - Assunto: Apurar a regularidade de loteamento denominado "Amora Branca", neste município de Deodápolis/MS. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00003119-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual responsabilidade do município de Deodápolis/MS na má conservação da estrada vicinal da 11ª Linha, nas imediações do Km 10, na zona rural do município de Deodápolis/MS, que tem impedido o trânsito de veículos no trecho, notadamente o acesso do transporte escolar dos alunos da Escola Estadual 13 de Maio. **8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000615-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Max Simões - Assunto: Apurar possível desmatamento de mata nativa, sem a devida licença ambiental, ocorrido na propriedade denominada fazenda Santista, localizada no Distrito de Amandina, Ivinhema/MS. **Advogado: João Paulo dos Santos, OAB/MS nº 24.681.** **9) Inquérito Civil nº 06.2019.00001142-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar suposta utilização, pelo Secretário Municipal de Saúde, de veículo da frota do município de Miranda para fins particulares. **10) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001427-9 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **11) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001599-0 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica. **12) Inquérito Civil nº 06.2019.00001650-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ato de improbidade administrativa por ocasião da contratação de Meire Hellen Pereira Barbosa para o cargo de médico pela Prefeitura Municipal de Naviraí no mês de junho de 2019. **13) Inquérito Civil nº 06.2020.00000156-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Viação Motta Ltda - Assunto: Apurar eventual violação ao direito dos idosos pela empresa Viação Motta Ltda, ao negar o fornecimento de "Passe Livre" para o transporte rodoviário. **14) Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000341-6 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Fátima do Sul. **15) Inquérito Civil nº 06.2020.00000755-6** - 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Volpato & Santos Ltda.-ME - Assunto: Apurar a notícia de que Volpato & Santos Ltda.-ME teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS. **16) Inquérito Civil nº 06.2020.00000756-7** - 2ª Promotoria de Justiça DA Cidadania da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público



Estadual - Requerida: Edna Silva Galiza Bezerra - MEI - Assunto: Apurar a notícia de que Edna Silva Galiza Bezerra - MEI teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS. **17) Inquérito Civil nº 06.2020.00000237-2** - 67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Consórcio Shopping Norte Sul Plaza - Assunto: Apurar a existência de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva no Shopping Norte Sul Plaza, seja pela presença de pessoa devidamente capacitada na Língua Brasileira de Sinais - Libras ou por mecanismos eletrônicos (virtual ou a distância). **Advogado: Douglas de Oliveira Santos, OAB/MS nº 14.666 (OLIVEIRA, VALE, SECURATO & ABDUL AHAD Advogados).** **18) Inquérito Civil nº 06.2015.00000131-3 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Campo Grande, 29 de junho de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA-GERAL

ORDEN DE SERVIÇO Nº 11/2020-SEG/MPMS, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

Prorroga os efeitos da Ordem de Serviço nº 2/2020-SEG/MPMS, de 19 de março de 2020, e mantém o horário já designado para a prestação de serviços terceirizados no âmbito do Ministério Público Estadual durante a pandemia da COVID-19.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 32/2020-PGJ, de 30 de junho de 2020, que altera a Resolução nº 27/2020-PGJ, que dispõe sobre o Comitê de Análise das Condições para o Retorno Gradual ao Trabalho Presencial, prorroga o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), bem como institui o Regime de Expediente Excepcional (REE) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS),

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até o dia 2 de agosto de 2020 as disposições constantes na Ordem de Serviço nº 2/2020-SEG/MPMS, de 19 de março de 2020.

Art. 2º No período de 6 de julho a 2 de agosto de 2020, os funcionários terceirizados exercerão suas atividades das 12h às 18h ou das 13h às 19h.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça
Secretária-Geral do MPMS

**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/PGJ/2020****PROCESSO Nº PGJ/10/1667/2020****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/1667/2020).

Objeto: Aquisição de veículos sedan, marca Toyota, modelo Corolla, blindados, zero km, ano de fabricação e modelo 2020/2020 ou superior, padronizados conforme a Resolução nº 20/2009-PGJ, de 5-11-2009 (alterada pela Resolução nº 06/2018-PGJ, de 26-04-2018).

- Abertura das propostas: dia 14 de maio de 2020, às 14 horas e 30 minutos (horário de Brasília/DF).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 1º de julho de 2020 por meio dos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Gestão e Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 29/06/2020:

- Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Suplente da Equipe de Apoio: Carla Maria Bagordakis;
- Gestão e Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ e Divisão de Transporte/PGJ.

Campo Grande, 30 de junho de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/PGJ/2020 - SRP****PROCESSO Nº PGJ/10/3707/2019****UASG 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a homologação do resultado e a regularidade da licitação Pregão Eletrônico nº 6/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/3707/2020). Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação, para atender o Ministério Público Estadual (Capital e Interior).

Vencedoras/Preços Registrados: A.R. de Oliveira – Divisórias, para os lotes: I - total R\$ 74.100,00 (valores unitários por item: 1.1 – R\$30,00 e 1.2 – R\$174,00), II - total R\$ 48.650,00 (valores unitários por item: 2.1 – R\$89,00 e 2.2 – R\$159,00), V - total R\$ 52.500,00 (valores unitários por item: 5.1 – R\$80,00 e 5.2 – R\$178,00), VII - total R\$ 34.200,00 (valores unitários por item: 7.1 – R\$84,00 e 7.2 – R\$200,00) e IX - total R\$ 40.890,00 (valores unitários por item: 9.1 – R\$119,00 e 9.2 – R\$225,00); Neide Cardoso e Cia. Ltda., para os lotes: III - total R\$ 24.900,00 (valores unitários por item: 3.1 – R\$100,00 e 3.2 – R\$209,00), IV - total R\$ 84.000,00 (valores unitários por item: 4.1 – R\$88,00 e 4.2 – R\$177,00), VI - total R\$ 64.700,00 (valores unitários por item: 6.1 – R\$107,00 e 6.2 – R\$216,00) e VIII - total R\$ 67.000,00 (valores unitários por item: 8.1 – R\$100,00 e 8.2 – R\$228,00).

Campo Grande, 29 de junho de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

(Republicação para correção)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000260 DE 29.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1939/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 8.015,00 (oito mil e quinze reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000260 de 29.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000261 DE 29.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1939/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.605,00 (um mil seiscentos e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000261 de 29.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000262 DE 29.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1939/2020**

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.965,00 (um mil novecentos e sessenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000262 de 29.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000263 DE 29.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1951/2020

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preço nº 15/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000263 de 29.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000264 DE 29.06.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1951/2020

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preço nº 15/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000264 de 29.06.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1626/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FABIANO BRESCHI**, representada por **Fabiano Breschi**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de gradil metálico com fechamento em chapa lisa e pintura em estruturas metálicas, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender ao prédio/sede das Promotorias de Justiça de Sidrolândia/MS.

Valor total: R\$ 39.390,00 (trinta e nove mil trezentos e noventa reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000217, de 25.05.2020.

Vigência: 26.06.2020 a 26.12.2020.

Data de assinatura: 26 de junho de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/1857/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FABIANO BRESCHI**, representada por **Fabiano Breschi**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de adequação de *layout* de salas, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, no Prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, nesta Capital.

Valor total: R\$ 42.225,00 (quarenta e dois mil duzentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000237, de 17.06.2020.

Vigência: 26.06.2020 a 26.12.2020.

Data de assinatura: 26 de junho de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/1878/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FABIANO BRESCHI**, representada por **Fabiano Breschi**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento e instalação de gradil metálico com fechamento em chapa lisa e pintura em estruturas metálicas, incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender à sede das Promotorias de Justiça de Amambai/MS.

Valor total: R\$ 49.380,00 (quarenta e nove mil trezentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000242, de 19.06.2020.

Vigência: 26.06.2020 a 26.12.2020.

Data de assinatura: 26 de junho de 2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/1274/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EXPRESSO ENTULHOS LTDA.**, representada por **Diego Azevedo Chaves Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 15/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Redução do valor estimado mensal, em 5% (cinco por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até 31 de dezembro de 2020.

Valor anual estimado do Contrato: R\$ R\$ 29.149,68 (vinte e nove mil cento e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

Vigência: 07.06.2020 a 07.08.2020.

Data de assinatura: 24 de junho de 2020.

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/PGJ/2015**

Processo: PGJ/10/2389/2014

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RMA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELEVADORES LTDA**, representada por **Magna Jardim de Almeida**.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Redução do valor contratual, em 20% (vinte por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até 31 de dezembro de 2020.

Valor mensal estimado: R\$ 2.247,77 (dois mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Vigência: 24.06.2020 a 10.08.2020.

Data da assinatura: 24 de junho de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****TRÊS LAGOAS**

02.2020.00037914-2

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0002/2020/02PJ/TLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas e por intermédio do Promotor de Justiça signatário, torna público que, não havendo oposição tempestiva e justificada, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 002/2020/02PJ/TLS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS.

Os interessados, devidamente qualificados e desde que comprovada a legitimidade, poderão, por escrito e de forma juridicamente fundamentada, manifestar oposição ao ato ou requerer o desentranhamento de documentos ou, a suas expensas, cópias de peças dos procedimentos e expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

As eventuais manifestações poderão ser enviadas até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o e-mail desta 2ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas (2pjtreslagoas@mpms.mp.br).

Três Lagoas, 24 de junho de 2020.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça



LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2020/02PJ/TLS

PROVENIÊNCIA/PROCEDÊNCIA: 2ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas				
CLASSE. SUBCLASSE	CONTEÚDO INFORMACIONAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
200.007	Notificações 2014/2015	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2016	2017
000.003	Ofícios e manifestações Recebidos da Administração Superior 2009/2015	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2016	2017
200.004	Termos de Declarações 2014	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2015	2018
000.003	Ofícios Recebidos 2017	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2018	2019
000.002	Ofícios expedidos em 2017	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2018	2019
000.002	Ofícios expedidos em 2015	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2016	2017
000.003	Ofícios e Correspondências recebidos em janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho/2018	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	jul/2019	jun/2020
000.003	Correspondências recebidas (Cópias de Diárias concedidas à vereadores de Três Lagoas de 2011 a abril/2018)	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	mai/2018	mai/2020
200.013	Manifestações Judiciais diversas de 2004/2015	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2016	2019
200.085	Cópias de Sentenças e Acórdãos 2001/2015	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2016	2019
200.081	Comprovantes de tramitação de processo de 2013	Decurso do prazo de guarda previsto na Tabela de Temporalidade (Resolução n. 25/2018-PGJ, de 07/11/2018)	2014	2016
Número da caixa correspondente no arquivo de procedimentos: 85, 86, 112, 114, 122, 148, 172, 177, 178, 179, 183, 185, 186, 232 Número da caixa correspondente no arquivo de documentos: 3 e 4				
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Débora Duarte Santana, Técnica II Data do preenchimento: 24.06.2020.				

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0027/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000780-1

Requerente: Ministério Público

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de que C. M. DE ALBUQUERQUE - COMÉRCIO DE BEBIDAS teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

Naviraí, 24 de junho de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA****DEODÁPOLIS****EDITAL Nº 0001/2020/39 ZE/DPS.****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ELEITORAL Nº 09.2020.00002130-3.**

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Eleitoral nº 09.2020.00002130-3, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requeridos: Municípios de Deodápolis e de Glória de Dourados.

Objeto: Acompanhar o cumprimento pelas Prefeituras e pelas Câmaras de Vereadores de Deodápolis e de Glória de Dourados do disposto no 73, IV e §§ 10 e 11 da Lei das Eleições.

Deodápolis/MS, 29 de junho de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor Eleitoral.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ELEITORAL Nº 09.2020.00002130-3.

REQUERENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

REQUERIDOS: Municípios de Deodápolis e de Glória de Dourados.

OBJETO: Acompanhar o cumprimento pelas Prefeituras e pelas Câmaras de Vereadores de Deodápolis e de Glória de Dourados do disposto no 73, IV e §§ 10 e 11 da Lei das Eleições.

RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2020/39ª ZE/DPS

Dispõe sobre o acompanhamento do cumprimento pelas Prefeituras e pelas Câmaras de Vereadores de Deodápolis e de Glória de Dourados do disposto no 73, IV e §§ 10 e 11, da Lei das Eleições (Lei 9.504/97).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça Eleitoral que esta subscreve, titular da Promotoria de Justiça Eleitoral da 39ª Zona Eleitoral (Deodápolis e Glória de Dourados), com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 e no artigo 29, IV da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como funções institucionais, dentre outras, promover procedimentos administrativos pertinentes, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 127, *caput*, c/c o art. 129, I e III, CF/88, c/c os arts. 25 e 26 da Lei nº 8.625/93);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79 da Lei Complementar Federal nº 75/1993, bem como o regulamentado pelos arts. 36 a 52 da Portaria PGR/PGE nº 001/2019, o Promotor Eleitoral é o membro do Ministério Público local que oficia junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Eleitoral o acompanhamento da execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO que a atuação preventiva do Ministério Público, na defesa do regime democrático, da igualdade de oportunidades entre candidatos e da lisura do pleito, é importante para ajudar a evitar atos viciosos e abusivos de poder no processo eleitoral, a exemplo das condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, as quais são modalidades de abuso do poder político;



CONSIDERANDO que o art. 73, § 10¹, da Lei nº 9.504/97, proíbe que a administração pública faça, em ano de eleições, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, excetuados os casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

CONSIDERANDO o teor da Consulta/TSE nº 1531-69/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, em 20.9.2011, *in verbis*:

"Município. Dívida ativa. Ano das eleições. Benefício fiscal. Conduta vedada. Caracterização. Decorre do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 que, no ano relativo ao pleito, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública. Ao administrador público somente é dado fazer o que é autorizado em lei, tendo em conta o princípio da legalidade estrita, enquanto o particular encontra obstáculo quando existente disciplina proibitiva. A interpretação teleológica do preceito revela a impossibilidade de a máquina administrativa ser manipulada com vistas a conquistar simpatizantes para determinada candidatura. De início, benefícios concernentes à dívida ativa do município não podem, ainda que previstos em lei, ser implementados no ano das eleições. O mesmo ocorre, no citado período, quanto à iniciativa de projeto de lei objetivando tal fim. Sendo assim, a norma do § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 é obstáculo a ter-se, no ano das eleições, o implemento de benefício fiscal referente à dívida ativa do município, bem como o encaminhamento de projeto de lei à Câmara de Vereadores, no aludido período, objetivando a previsão normativa voltada a favorecer inadimplentes. Nesse entendimento, o Tribunal, por unanimidade, respondeu à consulta. (Grifo nosso) (TSE, Consulta nº 1531-69/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, em 20.9.2011)"

CONSIDERANDO que os casos de calamidade pública e de estado de emergência, a autorizar a exceção permissiva da concessão do benefício, a exemplo do que se passa hoje, com relação à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), devem ser caracterizados por critérios objetivos e resultar de decisão expressa da autoridade competente;

CONSIDERANDO que neste ano de 2020 não podem ser criados programas sociais de auxílio à população, mas apenas mantidos os que já objeto de execução orçamentária desde pelo menos o ano de 2019;

CONSIDERANDO que a execução orçamentária em 2019 pressupõe previsão na respectiva LOA (lei do orçamento anual) votada e sancionada em 2018 ou em lei posterior de suplementação orçamentária e que esta última integra o orçamento anual desde que os novos recursos nela previstos resultem de anulação de rubricas ou excesso de arrecadação;

CONSIDERANDO, mais, que o art. 73, § 11², da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), veda, em ano de eleições, a execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, dentre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO, também, que o art. 73, IV³, da Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições), veda o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público, alcançando, neste caso, também os programas criados em anos anteriores;

E CONSIDERANDO, por fim, que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa, dentre outras funções, prevenir o cometimento de ilícitos e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes, no caso, nas candidaturas municipais,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito do Município de Deodápolis, ao Sr. Prefeito do Município de Glória de Dourados, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Deodápolis, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Glória de Dourados, aos Srs. e Sras. Secretários(as) Municipais das Prefeituras de Deodápolis e de Glória de Dourados, aos Srs. e Sras. Vereadores (as) das Câmaras de Vereadores de Deodápolis e de Glória de Dourados e, por fim, aos Srs. e Sras. Controladores(as) Internos (as) das Prefeituras e das Câmaras Municipais de Deodápolis e de Glória de Dourados, a adoção, no âmbito de suas respectivas competências e atribuições, das seguintes providências e condutas:

¹ Art. 73. [...] § 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006) (Grifo nosso)

² Art. 73. [...] § 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009) (Grifo nosso)

³ Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público; (Grifo nosso)



(1) Que não distribuam e nem permitam a distribuição, a quem quer que seja, pessoas físicas ou jurídicas, de bens, valores ou benefícios durante todo o ano de 2020, como doação de gêneros alimentícios, materiais de construção, passagens rodoviárias, quitação de contas de fornecimento de água e/ou energia elétrica, doação ou concessão de direito real de uso de imóveis para instalação de empresas, isenção total ou parcial de tributos, dentre outros, salvo se se encontrarem diante de alguma das hipóteses de exceção previstas no mencionado art. 73, § 10, da Lei das Eleições: calamidade, emergência e continuidade de programa social;

(1) Que, havendo necessidade de socorrer a população em situações de calamidade e emergência, o façam com prévia fixação de critérios objetivos (quantidade de pessoas a serem beneficiadas, renda familiar de referência para a concessão do benefício, condições pessoais ou familiares para a concessão, dentre outros) e estrita observância da impessoalidade, neste caso enviando à Promotoria Eleitoral da 39ª Zona Eleitoral informação quanto ao fato ensejador da calamidade ou emergência, aos bens, valores ou benefícios que se pretende distribuir, o período da distribuição e as pessoas ou faixas sociais beneficiárias;

(1) Que, havendo programas sociais em continuidade no ano de 2020, verifiquem se eles foram instituídos em lei (ou outro ato normativo), se estão em execução orçamentária desde pelo menos 2019, ou seja, se eles integraram a LOA aprovada em 2018 e executada em 2019, neste caso não permitindo alterações e incrementos substanciais que possam ser entendidos como um novo programa social ou como incremento eleitoral;

(1) Que suspendam o repasse de recursos materiais, financeiros ou humanos a entidades nominalmente vinculadas a candidatos, ou pré-candidatos, ou por eles mantidas, que executem programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios;

(1) Que não permitam a continuidade de programas sociais da administração municipal que proporcionem, mesmo que dissimuladamente, a promoção de filiados, pré-candidatos e candidatos às eleições de 2020, valendo-se, p.ex., da afirmação de que o programa social é de sua iniciativa, ou que sua continuidade depende do resultado da eleição, ou da entrega, junto ao benefício distribuído, de material de campanha ou de partido.

(1) Que não permitam o uso dos programas sociais mantidos pela administração municipal para a promoção de candidatos, partidos e coligações, cuidando de orientar os servidores públicos incumbidos da sua execução quanto à vedação de qualquer propaganda ou enaltecimento de candidato, pré-candidato ou partido.

RECOMENDA, ainda, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Deodápolis e ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Glória de Dourados que não deem prosseguimento e não coloquem em votação no Plenário das respectivas Casas Legislativas, no presente ano de 2020, projetos de lei que permitam a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios a pessoas físicas ou jurídicas.

E, NA OPORTUNIDADE, ALERTA que a inobservância das mencionadas vedações sujeita o infrator, agente público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (R\$ 5.320,50 [cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos] a R\$ 106.410,00 [cento e seis mil, quatrocentos e dez reais]) e à cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado (art. 73, §§ 4º e 5º, da Lei n. 9.504/97), além da inelegibilidade decorrente do abuso de poder ou da conduta vedada (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90).

SOLICITA, ainda, para efeito do acompanhamento a que se refere o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, ao Sr. Prefeito do Município de Deodápolis, ao Sr. Prefeito do Município de Glória de Dourados, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Deodápolis, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Glória de Dourados, aos Srs. e Sras. Secretários(as) Municipais das Prefeituras de Deodápolis e de Glória de Dourados, e, por fim, aos Srs. e Sras. Controladores(as) Internos (as) das Prefeituras e das Câmaras Municipais de Deodápolis e de Glória de Dourados, informarem à Promotoria Eleitoral da 39ª Zona Eleitoral, no prazo de 5 dias, sobre:

A) Os programas sociais mantidos em 2020, inclusive os que resultam de parceria financeira com os governos estadual e federal, neste caso informando:

- Nome do programa;
- Data da sua criação;
- Instrumento normativo de sua criação;
- Público alvo do programa;
- Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;
- Por ano, quantas pessoas ou famílias vem sendo beneficiadas, desde a sua criação;
- Rubrica orçamentária que sustenta o programa nos anos de 2019 e 2020.

E



B) Os programas sociais que estão sendo executados por entidades não governamentais com recursos públicos, informando:

- Nome e endereço da entidade;
- Nome do programa;
- Data a partir da qual o Município passou a destinar recursos para a entidade;
- Rubrica orçamentária que sustenta a destinação de recursos à entidade nos anos de 2019 e 2020;
- Valor anualmente destinado à entidade, desde o início da parceria;
- Público alvo do programa;
- Número de pessoas/famílias beneficiadas pela entidade, anualmente, desde o início da parceria;
- Espécie de bens, valores ou benefícios distribuídos;
- Declaração de existência, ou não, de agente político ou pré-candidato vinculado nominalmente ou mantenedor da entidade.

As Autoridades Municipais destinatárias deverão se pronunciar acerca do acatamento da presente Recomendação, no prazo de 5 dias (a iniciar a contagem após o primeiro dia útil do recebimento da presente recomendação), por escrito, destacando-se que a ausência de manifestação importará em presunção de recusa ao seu cumprimento e, assim como o não acatamento, ensejará, conforme o feixe respectivo de competências e atribuições, a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, notadamente o ajuizamento de ação civil pública pela prática de ato de improbidade administrativa.

Encaminhem-se cópias da presente recomendação às Delegacias de Polícia Civil, às Polícias Militares e às Varas Únicas das Comarcas de Deodápolis/MS e de Glória de Dourados, para conhecimento.

Deodápolis/MS, 26 de junho de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,
Promotor de Justiça Eleitoral.